

# TRABALHO SOCIAL, IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

*Sônia Maria Ribeiro de Souza\**

## **Resumo:**

Buscaremos discutir, neste texto, a questão da luta pela terra que se manifesta por meio da especificidade da constituição da linguagem, isto é, o papel que os meios de comunicação assumem nesse processo, mais precisamente o jornalismo impresso. Nos propomos a analisar as modalidades do dizer da imprensa sobre o MST, tentando, na perspectiva da linguagem como determinação social, estabelecer as pistas ideológicas que marcam o comparecimento do Movimento no jornal O Imparcial, diário sediado em Presidente Prudente, buscando questionar um dos princípios da imprensa que é a sua dita imparcialidade.

**Palavras Chave:** movimento social; linguagem; comunicação; luta pela terra; reforma agrária; controle social

## **Abstract:**

*In this paper we look for debating the Land Struggle case, which demonstrates in the specific dimension of constitution of language. In others words, the role that the mass media assume in this process, specifically the press. We propose to analyze the modalities that the press has to treat on the MST. In the perspective of the language as social determination, we want to establish the ideological tracks that mark the presence of the MST in the newspaper O Imparcial, With headquarters in Presidente Prudente. We seek to question one of the basic principle of the press, its above mentioned impartiality.*

**Key-Words:** *Social Movement – Language – Communication – Land Struggle – Agrarian Reform – Social control*

**SOCIAL WORK, PRESS AND SENSES CONSTRUCTION**

## Introdução

A luta pela terra, evidenciada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como substrato todo um conjunto de relações sociais e econômicas. As influências dessa luta revelam-se nas formas de organização e, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido. Assim, é possível constatar que a questão agrária persiste, no Brasil, há longos anos, como problema social carente de soluções adequadas. Ainda que a mesma tenha sido redefinida pelo processo de modernização da economia nacional, nas últimas três décadas.

Em outros termos, a luta pela reforma agrária, embora se constitua, hoje, em produto indireto das experiências construídas a partir de mobilizações do passado - sobretudo as ocorridas nos anos 1950-60, vinculadas à atuação das Ligas Camponesas - apresenta nuances peculiares, resultantes de uma conjuntura específica, marcada por mudanças nas formas de exploração agrícola responsáveis por padrões de acumulação diferenciados daqueles prevalecentes em décadas anteriores.

Sob a ótica das relações sociais, algumas tendências têm se anunciado: a proletarização, com a conseqüente expropriação dos trabalhadores que ainda mantêm formas precárias de acesso a terra; e a diferenciação do campesinato procurando se adequar aos novos padrões competitivos, presentes na atividade agropecuária, ao mesmo tempo em que se mantém a pequena produção de subsistência, uma espécie de semi-assalariamento em que são preservados laços frágeis com os meios de produção.

A luta pelo acesso a terra, a qual busca implementar padrões de igualdade no campo e a organização dos trabalhadores rurais por meio do MST, constituem uma das expressões, hoje, da resistência dos trabalhadores rurais. Entender esse processo é, segundo THOMAZ JÚNIOR (2001, p.08),

...entender a complexa trama que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta pelo acesso à terra, à resistência na terra e pela reforma agrária, e que evidencia através da dinâmica territorial do processo social em pauta, a peculiaridade de encontrarem-se atomizados e fragmentados por diversas entidades, lugares, regiões.

O MST surgiu em condições históricas que, à primeira vista, deveriam ter contribuído para contê-lo, dada à situação de repressão que caracteriza a reação de setores conservadores do país representados pela burguesia agrária e setores do governo. Aliados desse processo temos a atuação dos meios de comunicação, que, mais do que informar revelam um comprometimento em suas ações com esses setores ou classe dominante do país.

Assim, buscaremos discutir a questão da luta pela terra que se manifesta por meio da especificidade da constituição da linguagem, isto é, realizamos uma investigação sobre o papel que os meios de comunicação assumem nesse processo, mais precisamente o jornalismo impresso. Nos propomos a analisar as modalidades do dizer da imprensa sobre o MST, tentando, na perspectiva da linguagem como determinação social, estabelecer as pistas ideológicas que marcam o comparecimento do Movimento no jornal, buscando questionar um dos princípios da imprensa que é a sua dita imparcialidade.

É o que tentaremos fazer a seguir, a partir de quatro partes. Na primeira parte abordamos a discussão de Marx & Engels sobre objetivação e apropriação da linguagem, na segunda parte, a linguagem enquanto signo ideológico proposta por Bahktin, na terceira, estendendo-nos por alguns outros autores que trabalham com a construção do discurso. Na última parte, analisamos algumas reportagens de jornal como forma de demonstrar as implicações dessa discussão na construção do discurso jornalístico evidenciando as várias possibilidades de leitura e de interpretação das ações MST pelo jornal. Encerro com algumas observações críticas gerais sobre a relação aqui em jogo, isto é, imprensa, linguagem e o MST.

## I

O fio condutor da nossa discussão é de que a linguagem deve ser compreendida, entre outras coisas, como um lugar de interação social decisivamente modelado pelas relações de trabalho e conflito. Uma vez que somos criaturas produtivas, uma vez que o trabalho é fundamental para a maneira como nos formamos e somos formados, as relações e conflitos sociais centralizados no trabalho figurarão decisivamente em nossa vida.

Marx & Engels (1993) caracterizam, na Ideologia Alemã, como traço fundamental que diferencia os homens dos animais, a produção dos meios da existência humana. Definiram essa produção como o primeiro ato histórico. Isso significa que o homem, ao produzir as condições de sua existência, ao transformar a natureza, se apropria dela e nela se objetiva. Essa apropriação e essa objetivação geram no homem novas necessidades e conduzem a novas formas de ação, num movimento de superação por incorporação. Cada indivíduo nasce situado espacial e temporalmente nesse processo e, para dele participar, para nele se objetivar, precisa se apropriar das objetivações, estas entendidas enquanto produtos da atividade e da objetividade humana, resultado desse processo histórico de objetivação.

A análise que Marx & Engels fazem do que seja o processo histórico tem origem na especificidade da atividade vital humana frente à atividade vital dos animais. Se a atividade vital é aquela que assegura a existência de cada espécie animal, ela é, antes de mais nada, uma forma de relacionamento entre a espécie e o restante da natureza. O ser humano, assim como qualquer ser vivo, para poder existir precisa assegurar, através de sua atividade, aquilo que seu organismo necessita para sua sobrevivência. Esse ponto de partida da história humana foi claramente destacado por Marx & Engels (1993 p. 39)

... o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, comer, beber, ter

habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades.

Marx & Engels nessa passagem da Ideologia Alemã dizem que o primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades ligadas à sobrevivência humana. Na seqüência do raciocínio afirmam (1993, p.40) que:

O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade à ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.

Isto é, o homem não satisfaz suas necessidades primeiras de existência sem realizar a produção dos meios necessários a isso, o que se constitui em uma apropriação e uma objetivação; ao mesmo tempo esse “primeiro ato histórico” produz novas necessidades que exigirão a produção de novos meios de satisfazê-las, ou seja, exigirão nova apropriação e nova objetivação, *ad infinitum*.

É importante ressaltar que a análise da relação entre objetivação e apropriação, enquanto dinâmica própria da atividade vital humana e geradora do processo histórico, não pode se resumir no processo de produção e utilização de instrumentos e objetos. Além destes, as mais elementares formas de atividade vital humana contêm, necessariamente, duas outras formas de objetivação e apropriação: a linguagem e as relações entre os seres humanos.

A atividade vital humana não se realiza sem a atividade de comunicação, na medida em que, aquela atividade é, desde sua origem, uma atividade coletiva. Esta sendo uma atividade imediatamente coletiva exige, portanto, a atividade comunicativa. A gênese da linguagem, enquanto objetivação do pensamento humano é, ao mesmo tempo, a história da apropriação, pelo pensamento, das estruturas de comunicação que vão sendo objetivadas na linguagem.

Embora isso não esteja tão claramente colocado na Ideologia Alemã, nos baseamos na linguagem como apropriação da atividade histórica e social da comunicação que nela se acumulou, se sintetizou. Portanto, uma das relações que estabelecemos, a partir da leitura desse texto, é a relação de objetivação e apropriação entre pensamento e linguagem, a qual se enquadra na categoria de “primeiro ato histórico”.

Essa relação fica mais clara no trecho a seguir:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de

seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção material, tal como aparece na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo (...). A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX & ENGELS, 1993, p. 36-37).

Um dos pontos de partida de nosso trabalho é a análise da relação entre objetivação e apropriação enquanto expressão da dinâmica essencial da autoprodução do homem pela sua atividade social. Marx & Engels (1979:27 e 39) caracterizaram, na Ideologia Alemã, como sendo o traço fundamental que diferencia os homens dos animais, a produção dos meios da existência humana. Esse processo de objetivação e apropriação tem um caráter contraditoriamente humanizador e também alienador, na medida em que as relações sociais concretas têm sido relações de dominação de classes sobre outras classes e grupos. É desse pressuposto que partimos para entender a temática por nós estudada situando-a no campo das relações sociais mais gerais.

Nesse sentido, pensamos que a linguagem, tal como a consciência, não é um campo separado e indiferente da existência humana, e sim uma dimensão expressiva dessa existência. Como tal é permeada pelos conflitos, tensões e contradições da vida real.

## II

A partir da compreensão dessas relações entre linguagem e sociedade, enquanto efeito das estruturas sociais, nos apoiamos em Bakhtin o qual propõe questões a partir do pressuposto de que se a linguagem determina a consciência, em que medida isso se dá? Ou ainda, de qual maneira, ou a partir de quê a linguagem determina a ideologia?

O autor aponta a natureza real dos fatos da língua. Esta é concebida por ele como um fato social que se fundamenta nas necessidades de comunicação. Para Bakhtin (1996 p. 14):

... a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc.

Para o autor todo signo é ideológico. A ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Ou seja, o uso dos signos é ideológico, nesse sentido propõe que não existe linguagem sem comprometimento. Aponta a diferenciação e especificidade dos discursos, isto é, as funções do discurso dentro de uma realidade social em que há diferenciações, ou sistemas de referências diversos. O discurso, então, é visto como um produto da heterogeneidade social.

O conceito de polissemia/polifonia, utilizado por Bakhtin na perspectiva da semântica da enunciação nos referencia no entendimento de que há diferentes papéis assumidos pelo sujeito, isto é, são vários os sentidos de um texto/discurso e isto significa que o dizer se faz sempre em contradição a outros dizeres possíveis, constituindo-se um processo homogeneizador à medida que o seu acontecimento também silencia. Este é o aspecto ou a função da ideologia que se realiza através do discurso. Conforme entende Bakhtin (1996 p.95):

De fato, a forma lingüística, [...], sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. *A palavra está sempre carregada de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

A discussão que o autor faz sobre “a natureza ideológica do signo lingüístico”, sua dinâmica das significações, a alteridade que lhes é constitutiva, o signo como arena da luta de classes, as análises dos diferentes tipos de discurso: direto, indireto, indireto livre, entre outros aspectos propostos, auxilia-nos na compreensão da complexidade que envolve a constituição da linguagem.

Há uma relação direta entre linguagem, infra-estrutura e as superestruturas, ou de que forma uma determina a outra? Segundo Bakhtin (1996 p. 39). :

A explicitação de uma relação entre infra-estrutura e um fenômeno ideológico isolado qualquer, destacado de seu contexto ideológico completo e único, não apresenta nenhum valor cognitivo. (...) é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente... cujos elementos reagem à transformação da infra-estrutura.

A relação entre infra-estrutura e as superestruturas são explicadas através de um estudo da linguagem (material verbal). Daí o trabalho do autor recair sobre entender/saber de que forma a realidade, entendida por ele como infra-estrutura, determina o signo, ou seja, de que maneira o signo “reflete e retrata a realidade em transformação”.

Assim é que propomos uma reflexão crítica sobre a leitura segundo a teoria da análise de discurso e, neste sentido, fazemos um resgate das relações que perpassam o processo social de produção da linguagem, a qual se vincula ao contexto histórico-social, em concordância com as suas condições lingüísticas (simbólicas) e ideológicas de produção.

Esta contextualização da leitura/discurso nos remete à reflexão das questões relacionadas ao poder, relações sociais, formações ideológicas e também sobre a produção de sentidos que estão relacionados entre si e não apresenta um sentido único, mas uma múltipla significação.

Neste sentido, concordamos com Orlandi, de que a leitura pode ser compreendida como “atribuição de sentidos”. Ou, ainda, que: “... os sentidos que podem ser lidos, em um texto, não estão necessariamente ali, nele” (ORLANDI, 1999, p. 11). Há sempre numa “leitura”, uma relação tensa e que isso se deve a uma correlação de forças em que estão implicados os interlocutores e o espaço social que estes ocupam faz parte do processo de significação. O que corresponde a dizer que os sentidos que o texto tem é determinado pela posição ocupada por quem produz o texto e mesmo o lê.

Neste sentido, ela vai dizer que (1999 p. 12):

... a relação do discurso com as formações ideológicas – representadas nele pela sua inscrição em uma formação discursiva determinada que se define relativamente e outras formações discursivas – é que, em última instância, vai produzir as suas diferentes leituras.

Não há uma liberdade na leitura de um texto, ou seja, ninguém lê num texto o que quer, e de qualquer jeito. Há uma multiplicidade de sentidos implicados num texto que nos remete à questão da determinação histórica, a qual explica o que faz com que o sentido de alguns textos seja “percebido” e de outros não. Isso vai caracterizar o que a autora denomina de “processo de significação”, ou seja, a contextualização da leitura e as condições do autor e leitor, enquanto sujeitos históricos.

Nessa relação precisamos estar atentos aos efeitos da ideologia, na qual são produzidos os efeitos de verdade, isto é, “a ideologia produz a aparência da unidade do sujeito e a transparência do sentido” (ORLANDI, 1999.p.56).

### III

Feitas estas ponderações podemos especificar o domínio no qual procuramos trabalhar. Domínio cujo ponto de vista estabelece, para a análise, o propósito de perguntar sobre as relações entre a linguagem e a realidade, no que tange às relações entre jornalismo e o MST.

À primeira vista, à imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar os cidadãos o que acontece ao seu redor do bairro ao planeta, mas, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores imbuídos de escreverem a história do passado. É, portanto, claro que os fatos acontecidos chegam aos interessados pela descrição que se faz da linguagem (BERGER, 1998:19).

Nesse caso, estudar o Movimento dos Trabalhadores Sem terra e o jornal *O Imparcial*<sup>[1]</sup>, analisando as condições de produção do discurso do Movimento, de um lado e de outro, as condições de produção do discurso do jornal, tendo como ponto de partida não só os sujeitos dos “campos de produção”, mas também os seus destinatários é uma forma de problematizar estas práticas sociais, isto é, as relações entre realidade e linguagem, política e comunicação.

BERGER (1998) propõe o conceito de campo, de Bourdieu, como possibilidade de analisar esta relação entre o jornalismo e o MST, já que esse conceito dá conta de explicar e de relacionar as várias esferas da vida social e compreender, do caráter geral da luta de classes, o sentido que o enfrentamento assume no interior de um determinado campo. Nesse sentido, que:

O território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele. Capital, conceito-chave neste modelo, só é definível a partir do campo. (p.21).

A hipótese que a autora discute é a de que o campo do jornalismo detém o capital simbólico, pois a natureza do jornalismo é fazer acreditar. Esse, então, é o seu capital, ou seja, a credibilidade. Essa credibilidade é construída no interior do jornal como uma marca, mas sem se fazer como tal. A credibilidade é persuasiva, na medida em que, no diálogo com o leitor, os efeitos de verdade se vão construindo cuidadosamente para servir de comprovação, através de argumentos de autoridade. Sobre essa questão afirma, ainda BERGER (1998, p. 23):

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não.

Por isso, podemos dizer de acordo com BERGER (1998, p. 19) que a linguagem produz sentidos. Assim, o jornalismo, tal qual a História, a Sociologia, a Ciência Política e a Geografia, enuncia fenômenos. Mas o jornalismo, diferentemente destas ciências, não tem o “rigor científico” como premissa para elaborar seus enunciados. Sua premissa é estética e ética. E o jornalismo, assim como a ficção, tem a linguagem como cúmplice de sua produção.

A compreensão do jornalismo passa, portanto, pela problematização da informação, pois assim como a historiografia reconhece que o passado foi real, mas o acesso a ele só se dá pelos relatos textualizados e interpretados, também para o jornalismo o presente/real existe, só sendo acessível, no entanto, quando publicado.

Fica claro que a noção de linguagem deve ser revista. Nesta medida, a linguagem constitui e não descreve aquilo que é por ela representado. Esta concepção põe em dúvida a prática jornalística, pois se é apropriada, nega a imparcialidade ou a neutralidade da imprensa, na passagem do acontecimento para o publicado e admite a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem. Ao mesmo tempo, esta perspectiva enfatiza a tensão implícita à prática jornalística, pois é na “crença” da superposição entre o real e o texto que reside a credibilidade da imprensa, que foi,



ao longo do tempo, sofisticando artifícios para comprovar sua veracidade, ou a existência do real/verdade com a fotografia, o rádio e a televisão.

A apropriação que fazemos dessa discussão, para a nossa análise, se justifica também, pela compreensão da linguagem como processo produtivo. Isto é, a linguagem entendida enquanto trabalho simbólico, pois se apoderar da palavra “... implica relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.” (BAKHTIN, 1996:17). Tentamos estabelecer a vinculação desta concepção à interpretação do discurso jornalístico, pois ao inscrevermos o modo de produção da linguagem na produção social geral nos permite situar a notícia no interior de uma complexa rede produtiva.

Construímos nossa análise a partir da constituição da linguagem, embora saibamos que o sujeito não se constitui só pela linguagem. Concebemos a linguagem como uma atividade de mediação que é indispensável ao trabalho em geral. Segundo Voese (1999, p.10),

...ao acionarmos a língua realizamos uma atividade de mediação, portanto, é o trabalho que se apresenta como processo que leva à socialização do indivíduo, como constitutivo da subjetividade, mas não só trabalho com a linguagem: ela é mediação do trabalho, entendido como categoria mais ampla, ou seja, atividade vital do ser social.

Para tanto analisamos os textos do jornal *O Imparcial* em torno do que ele diz sobre o MST, e partimos em busca da descrição das contradições como pistas de ordem ideológica. Estas são utilizadas como ponto de partida para descrever os traços do que se poderia caracterizar como um modelo hegemônico de sociedade, dentro do qual se dá o conflito dos trabalhadores rurais sem terra, e que determina, em maior ou menor escala, o que se diz desse problema na imprensa.

#### IV

Pensar na construção e constituição dos discursos significa desvendar os mecanismos sociais que constroem desigualdades e que são legitimadores dos processos sociais que definem os territórios, formas de uso e o desenho societal do espaço.

A compreensão da dinâmica destas relações materializadas num espaço específico nos coloca a necessidade de entendermos os processos e mecanismos de controle social que estão enraizados nas diferentes formas de “gestão territorial da sociedade” (THOMAZ JR., 2002).

Consideramos o discurso um acontecimento lingüístico histórico e social, portanto sujeito à variação de sentidos. Consideramos que é também heterogêneo, na medida em que reflete a multifacetação cultural do tecido social, pois há diferentes sistemas de referência[2] que possibilitam a construção dos múltiplos sentidos das práticas sociais[3]. Não é por nada que o discurso tem a sua produção condicionada a regras e procedimentos institucionais, o que nos remete à concepção de que o(s) sentido(s) de todo e qualquer discurso precisa(m) ser controlado(s) em função dos conflitos sociais (Voese, 1998). Por isso o discurso é ideologicamente determinado (Bahktin, 1992).

De posse dessas considerações evidenciaremos a partir de algumas reportagens do jornal O Imparcial como esses mecanismos, ou esses discursos se revelam na composição da notícia.

O texto que será objeto do nosso exercício tem por título “**MST faz marcha pela reforma agrária**”, e foi publicado no jornal *O Imparcial* no dia 29/01/2002.

Ao observarmos o título, em sua literalidade, este não oferece estímulo maior nem estratégia para penetrar no texto, porque nos remete apenas a algo como “há uma manifestação de trabalhadores sem terra”. No entanto, o subtítulo que vem logo a seguir, “**Visando coibir possíveis invasões do MST na cidade, prefeito Agripino Lima decreta ponto facultativo**”, se organiza por meio de um tipo de oposições semânticas, entre “invasões” e “legalidade”, o que nos permite prever que o texto se constituirá a partir de um jogo de associações.

Tomando essa associação como orientadora para a análise das pistas do texto, faremos alguns recortes (R) a partir das associações.

**R1:** *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizou ontem, às 9h na rodovia Olímpio Ferreira da Silva, em frente da fazenda São Luiz, no acampamento Oziel Alves, município de Presidente Bernardes, uma manifestação seguida de uma marcha intitulada “Por terra, justiça e paz”. Cerca de 600 integrantes do movimento de toda a região participam da marcha, que tem como objetivo, segundo o líder do MST, José Rainha Júnior, discutir com lideranças do poder público estadual sobre algumas questões judiciais contra integrantes do MST e cobrar da Justiça a agilização da reforma agrária e a emissão de posse de áreas desapropriadas.*

**R2:** *Os sem-terra chegaram a Pirapozinho por volta das 15h, onde estiveram na frente da delegacia, exigindo explicações do Poder Judiciário em relação ao sem-terra Josefa Cirilo de Souza, preso no último dia 26 de dezembro de 2001. Cirilo foi preso após ter invadido um lote irregular, na fazenda Água Limpa, segundo integrantes do Instituto de Terras do Estado de São Paulo.*

**R3:** *Este é o segundo protesto comandado pelo MST na região. Há uma semana cerca de 700 sem-terra bloquearam a estrada que liga Pirapozinho a Mirante do Paranapanema, no período da manhã, e, à tarde, lideraram uma manifestação pelas ruas de Teodoro Sampaio.*

**R4:** *Logo após tomar ciência da presença de integrantes do MST, em Presidente Prudente, no dia de hoje, o prefeito Agripino Lima, em entrevista à rádio Presidente Prudente AM, disse que receberá “a pau” o líder do movimento Rainha e seus integrantes.*

**R5:** *O prefeito também acusou o líder do movimento de ser um dos bandidos que estão soltos no país.*

**R6:** *Visando coibir possíveis invasões do MST na cidade, o prefeito Agripino Lima, decreta ponto facultativo na cidade no dia de hoje em Prudente. Com isso todas as instituições municipais estarão fechadas.*

**R7:** *Em entrevista coletiva ontem, às 16h, em frente à prefeitura, o prefeito declarou que o MST só entrará na cidade depois de matá-lo. “Não sou perseguidor de ninguém, sou a favor da reforma agrária, como a do Banco do Povo que dá terra dentro da lei. O cangaço já acabou há muito tempo, mas nosso virgulino, cangaceiro faz e desfaz...”, argumentou.*

**R8:** *Dando apoio à manifestações do prefeito de Presidente Prudente, estiveram membros da União Ruralista (UDR), que criticaram a política de reforma agrária no Pontal do Paranapanema. “A gente vê essas manifestações com muita apreensão, pois se tivesse sido feita uma reforma agrária séria e com competência, como deve ser feita, nós não estaríamos passando por toda essa confusão...”, declarou o presidente em exercício da UDR..*

**R9:** *Ele também ressaltou que o MST é um grupo que age ilegalmente. “É um grupo que não tem sede fixa, não tem CNPJ, não tem diretoria, não tem estatuto, portanto é ilegal”, concluiu.*

Uma vez feitos os recortes juntaremos aqueles que podem se situar dentro de um campo semântico, mais ou menos configurado e formulável em termos de um enunciado. Isso nos permitirá estabelecer outras associações.

Assim, reúnem-se recortes correspondentes a “chefes” e “comandados” da seguinte forma:

R1, R3, R4, R5, R7 e R9 nos permitem o seguinte enunciado:

E1: “O MST é um bando, que atua ilegalmente, liderado por um cangaceiro”.

Se pensarmos o que significou o cangaço no imaginário social, veremos que o mesmo aparece como um movimento marcado por práticas violentas, tais como, saques em propriedades, estupros, assassinatos, entre outras, o que justificou, na época, ação repressiva do Estado. Associar a atuação do Movimento ao cangaço significa insistir na idéia de ilegalidade da ação dos trabalhadores rurais e mais, é reforçar no imaginário, a idéia de que o Movimento pode entrar na cidade e promover saques ao comércio e invasões das instituições públicas.

Essa idéia é reforçada quando associamos:

R4, R5, R6, R8 e R9, dos quais ainda poderíamos fazer outras associações e construirmos outro enunciado:

E2: “O MST precisa ser rechaçado, pois o Estado faz reforma agrária, portanto, a atuação do MST não se justifica”.

Os recortes R2, R3, R4, R5, podem pertencer ao enunciado:

E3: “O MST, para defender um presidiário, atrapalha o espaço público, a cidade, o serviço público, portanto é um Movimento de arruaceiros que só cria problemas”.

Entre esses enunciados há, também a possibilidade de algumas outras associações. Assim:

a) E1 associado a E2 e a R7, em termos de “se são chefes que norteiam os sem-terra, não se surpreende o caráter violento do grupo”.

b) R6 associado a R9, em termos de “com os sem-terra se instala a violência e se criam problemas para fazendeiros e governantes”.

Uma vez reduzidos os recortes do texto a esses dois enunciados, fica claro que há um posicionamento do jornal (enunciante) em relação ao Movimento. Quando observamos o destaque dado às falas do prefeito e do representante da UDR, em detrimento da ausência da fala do representante do MST, também revela a posição do jornal. O que leva à interpretação de uma intervenção destrutiva do enunciante em relação à imagem do MST.

Feita a análise de alguns modos de dizer, percebe-se que há uma busca de desvalorização do representante do MST, especialmente no que diz respeito aos objetivos do Movimento, isto é, a luta pelo acesso a terra e a reforma agrária.

Embora esta seja uma das leituras possíveis, não é a única. Se para cada texto há leituras possíveis, há, naturalmente as impossíveis, pois cada escolha discursiva obedece a uma exclusão de sentidos. Esses sentidos “apagados” dizem respeito a diferentes sistemas de referência existentes e que estão em conflito porque constituem significados.

## **Considerações Finais**

Para toda prática de linguagem entre diferentes grupos, as dificuldades de interlocução não se devem ao domínio escrito das formas da gramática. As diferenças existem, mas são de outra natureza e dizem respeito à identidade (territorialidade) sócio-político-ideológica desses grupos. São essas diferenças que merecem atenção em nossa pesquisa. São diferenças que resultam das relações de poder que são expressas no território.

Dessa forma buscamos averiguar a hipótese da notícia (produção de acontecimento pela linguagem) criar sentidos e mediações em diferentes instâncias do social. E, especificamente no caso do MST, construir-se sentidos que deslegitimam sua territorialização e expressão/significação social no âmbito do trabalho e dos movimentos sociais.

Daí entendermos que a linguagem tem uma materialidade específica que não autoriza seu uso ingênuo, apenas para comunicar “informações”. E, além disso, a possibilidade de discutir a idéia de que a linguagem não apenas transmite sentidos, mas ela os constitui e os transformam em processos que são sociais, históricos, e que têm funcionalidade ideológica.

## **Bibliografia**

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAHKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Laud. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In RABINOW, P & DREYFUS, H. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1986
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 4ª ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002a.
- THOMAZ, JR. Por uma Geografia do trabalho. *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002. Presidente Prudente, CEGeT, 2002b.
- THOMAZ JUNIOR, A . *O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. Presidente Prudente, 2002c. (mimeografado).
- THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho social dos sem terra no Brasil. *Revista Abra*, Campinas, v.28, n.25, op.31-46, 2001.
- SOUZA, S. M. R. & THOMAZ JR, A. O discurso jornalístico e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o fato e a interpretação. *Revista Ciência Geográfica*. Vol. II, nº 22, Maio/agosto de 2002, p.24-32.
- VALENCIANO, R.C. & THOMAZ, JR. A. O papel da mulher na Luta pela Terra. Uma questão de Gênero e/ou de classe? Scripta Nova. Universidad de Barcelona, vol.VI, num. 119 (27), i de agosto de 2002. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm).**
- VOESE, I. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

---

\* Aluna do 4º ano de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, bolsista IC/FAPESP, sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior; membro do Grupo de Estudos “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). E-mail [sonirib@ig.com.br](mailto:sonirib@ig.com.br)

[1] O jornal *O Imparcial* é veiculado em Presidente Prudente.

[2] Sistemas de referências segundo Possenti (1992:4), “são domínios de interpretação. Com as óbvias diferenças, o que eles em comum é que mostram que o sentido não é carreado apenas pelas expressões (...) mas lhes é atribuído pela consideração de algum parâmetro, seja ele de tipo ‘cultural, seja ele de tipo histórico’”.

[3] Para Voese (1998, p.), as *práticas sociais* são instituições como o Direito, o Estado, a Igreja, a Família, a Escola etc, as quais normatizam os discursos.